

Data: 27/04/2023

Fonte: CNTE

Link: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/giro-pelos-estados/76029-mg-sind-ute-mg-cobra-em-audiencia-publica-na-almg-que-o-governo-zema-pague-o-reajuste-do-piso-salarial-e-cumpra-a-lei>

**Sind-UTE/MG cobra, em audiência pública na ALMG, que o governo Zema pague o reajuste do Piso Salarial e cumpra a Lei**



O pagamento do piso salarial da educação reajustado em 14,95% foi o tema central da discussão na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na manhã de quarta-feira, dia (26/4/23), na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) conta com a participação do **Sind-UTE/MG**, que compõe a mesa por meio da **coordenadora-geral, Denise Romano**.

A audiência foi requerida pelas deputadas Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da comissão; Macaé Evaristo (PT), vice-presidenta; e Lohanna (PV) e pelos deputados Betão (PT) e Professor Cleiton (PV).

Hoje também acontece em todo o país uma paralisação nacional convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) em defesa do Piso Salarial Profissional da categoria.

Denise Romano cobrou o governador Romeu Zema o pagamento do reajuste de 14,95% conforme estabeleceu, em janeiro deste ano, a Portaria do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Ela detalhou situações vergonhas vivenciadas pelos profissionais da educação de Minas Gerais, a exemplo das Auxiliares de Serviços da Educação Básica (ASB's), que estão ganhando menos de um salário mínimo.

“ Desde que assumiu o governo, Zema não fez nenhum reajuste nos salários dos profissionais de educação. Estamos esperando há cinco anos o cumprimento da legislação e os reajustes do Piso Salarial que o governo do estado não fez em nenhum ano”.

Sobre as reuniões com os representantes do Executivo, a coordenadora do Sind-UTE/MG é categórica ao criticar a falta de objetividade do governador e o tratamento midiático que Zema tem dado a temas importantes. “Reunir sem chegar a nenhum denominador não é uma característica do conceito de negociação. O governador gosta de fazer vídeos lavando o próprio prato, preparando sua comida, mas a profissional que lava o prato na escola, que faz a merenda, limpa a escola, cuida do banheiro recebe menos de um salário mínimo. Mais importante do que registrar os vídeos é valorizar os profissionais que cuidam dos serviços gerais” e finalizou afirmando ser “criminoso o que tá acontecendo com as ASB's, que estão acumulando funções como de portaria”.

A deputada Beatriz Cerqueira fez um resgate histórico da luta pelo Piso Salarial da educação desde 2008 até os dias de hoje e faltou das várias greve e mobilizações feitas em defesa do Piso. Também ressaltou o pagamento abaixo do salário mínimo às Auxiliares de Serviços da Educação Básica, ao desvio de função que estão sofrendo, o que chamou de violência nas relações de trabalho, por parte do Governo de Minas Gerais. “O governo judicializou o direito ao piso desde 2019 tentando alterar a legislação”, disse.

A parlamentar também lembrou a tentativa do Executivo em fazer caixa com dinheiro do Fundeb, ao não investir o mínimo de 25% previsto na legislação e alertou. “ Quantas greves mais serão necessárias pelo mínimo, que é uma política de reajuste definida nacionalmente?”

À tarde a categoria se reúne no Pátio da Assembleia para um ato público com a participação de caravanas de trabalhadores/as em educação de todas as regiões do estado.